



CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

SUMÁRIO

I – OBJETIVOS	3
II – ABRANGÊNCIA E ADESÃO.....	3
III – FILOSOFIA, PRINCÍPIOS ÉTICOS E VALORES	5
IV – ESTRUTURA E ATUAÇÃO DA FORS CAPITAL	9
4.1. Governança Corporativa	9
4.2. Contratação de Colaboradores.....	10
4.3. Estratégias de Investimento e Responsabilidade da FORS CAPITAL	10
4.4. Adequação ao Perfil do Investidor – <i>Suitability</i>	11
4.5. Divulgação de Informações e Fatos Relevantes	11
V – CONDUTA DOS COLABORADORES	11
5.1. Normas gerais de conduta.....	11
5.2. Conhecimento e observância da Legislação e das Políticas Internas.....	13
5.3. Autorregulação	13
5.4. Segurança da Informação.....	13
5.5. Informações Confidenciais e Informações Privilegiadas (<i>Insider Information</i>)	14
5.6. Patrimônio da FORS CAPITAL	14
5.7. Propriedade intelectual.....	15
5.8. Uso das mídias sociais nas instalações da FORS CAPITAL e/ou em seus sistemas	15
5.9. Conflitos de Interesses	17
5.10. Investimentos pessoais / Negociação com Valores Mobiliários.....	19
5.11. Uso da marca da FORS CAPITAL e cartões de visita	19
5.12. Procedimentos internos	19
5.13. Gravação de ligações telefônicas e sistema de vídeo	20
5.14. Ambiente de Trabalho e Respeito mútuo	21
5.15. Assédio e abuso de poder	21
5.16. Preconceito e discriminação	22
5.17. Mulheres e equidade de gênero no ambiente de trabalho	22
5.18. Uso de álcool, drogas, produtos fumígenos e porte de armas.....	22

5.19.	Comercialização de mercadorias.....	23
5.20.	Participação política e religiosa.....	23
5.21.	Participação em atividades sindicais	24
5.22.	Home office.....	24
5.23.	Conduta fora das instalações da FORS CAPITAL.....	24
VI	RELACIONAMENTO COM TERCEIROS.....	24
6.1.	Regra geral.....	25
6.2.	Investidores	25
6.3.	Fornecedores.....	25
6.4.	Entes Públicos.....	26
6.5.	Parceiros Comerciais e Concorrentes	27
6.6.	Mídia / Imprensa.....	27
VII	MONITORAMENTO DA OBSERVÂNCIA DESTE CÓDIGO	28
VIII	CANAIS DE COMUNICAÇÃO E DENÚNCIAS	28
IX	VIOLAÇÃO DESTE CÓDIGO E DAS POLÍTICAS INTERNAS.....	29
ANEXO I	PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICÁVEIS.....	33
ANEXO II	TERMO DE ADESÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA E POLÍTICAS INTERNAS	35
ANEXO II.A	TERMO DE ADESÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA E POLÍTICAS INTERNAS	37



I – OBJETIVOS

1.1. O presente Código de Ética e Conduta (“Código”) tem por objetivo estabelecer os princípios, normas e padrões de ética e conduta a serem observados pelos sócios, administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços da FORS CAPITAL (respectivamente, “Colaboradores” e “FORS CAPITAL”), orientando as decisões, atitudes e ações dos Colaboradores e explicitando a postura adequada em relação aos diferentes públicos com os quais se relaciona, servindo portanto de guia prático de conduta pessoal e profissional.

1.2. Para fins deste Código, integram a administração da FORS CAPITAL seus sócios e diretores (“Administração”).

1.3. Cada situação contemplada por este Código deve ser analisada individualmente e considerando o respectivo contexto.

II – ABRANGÊNCIA E ADESÃO

2.1. Este Código aplica-se a todos os Colaboradores, bem como a quaisquer pessoas ligadas à gestão de carteiras e fundos de investimento geridos, conforme o caso, pela FORS CAPITAL (“Veículos de Investimento”).

2.2. Nas relações da FORS CAPITAL com seus clientes (“Investidores”), Entidades Investidas, parceiros, fornecedores, órgãos governamentais e outros públicos e demais partes relacionadas (em conjunto, “Terceiros”), os Colaboradores deverão:

- (i) envidar seus melhores esforços para que tais Terceiros tenham ciência das normas deste Código; e
- (ii) ter atuação compatível com as diretrizes deste Código.

- 2.3. Para fins deste Código:
- (i) são considerados Investidores não apenas os clientes diretos da FORS CAPITAL, mas também os cotistas dos Veículos de Investimentos administrados por terceiros; e
 - (ii) são consideradas Entidades Investidas quaisquer sociedades, entidades ou fundos de investimento nos quais a FORS CAPITAL ou Veículos de Investimento invistam ou venham a investir.
- 2.4. Previamente ao início de suas atividades, cada Colaborador:
- (i) receberá cópia deste Código; e
 - (ii) assinará termo de adesão com o teor constante do Anexo I ("Termo de Adesão"), declarando ter pleno conhecimento e entendimento deste Código e assumindo os deveres e responsabilidades aqui previstos.
- 2.5. O Termo de Adesão será formalizado em 2 (duas) vias, ficando uma via com o Colaborador e outra com a FORS CAPITAL.
- 2.6. É de responsabilidade da área de *Compliance* a execução das atribuições deste Código e o monitoramento de sua observância.
- 2.7. É de responsabilidade da área administrativa a apresentação deste Código aos funcionários, no momento de sua contratação, e o recolhimento de suas assinaturas no Termo de Adesão.
- 2.8. Este Código e as Políticas Internas estarão disponíveis no site da FORS CAPITAL e em diretório específico na rede interna.
- 2.9. Este Código vinculará o Colaborador a partir da assinatura do Termo de Adesão e permanecerá em pleno vigor e efeito em relação a tal Colaborador



enquanto estiver desempenhando atividades junto à FORS CAPITAL, observado, ainda, o disposto no item seguinte.

2.10. Sem prejuízo do disposto no item acima, as disposições relativas a sigilo e confidencialidade continuarão em pleno vigor e efeito com relação aos Colaboradores até que as Informações Confidenciais venham a se tornar de conhecimento público.

2.11. Não obstante o disposto neste Código, aplicam-se ainda aos Colaboradores as Políticas Internas previstas neste Código, guardadas as relações destas com as atividades desenvolvidas.

III – FILOSOFIA, PRINCÍPIOS ÉTICOS E VALORES

3.1. A FORS CAPITAL e seus Colaboradores devem manter elevados padrões éticos de conduta em todas as atividades por eles desenvolvidas, bem como em suas relações com outros Colaboradores ou com Terceiros, independentemente do ambiente em que tais atividades sejam desenvolvidas, abstendo-se de qualquer ato ou omissão ilegal e/ou imoral.

3.1.1. Para fins deste Código, é considerado ilegal ou ilícito qualquer ato ou omissão que contrarie a legislação brasileira, bem como a regulamentação e a autorregulação aplicável às atividades da FORS CAPITAL, incluindo, sem limitação e conforme aplicável, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Banco Central do Brasil ("BACEN"), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") e Associação Brasileira de *Private Equity* e *Venture Capital* ("ABVCAP").

3.2. A integridade é elemento fundamental nas relações estabelecidas pela FORS CAPITAL. Tais relações serão estabelecidas com vista a um relacionamento de mútua confiança, o que demanda estabelecer credibilidade e confiabilidade com



Investidores, Entidades Investidas e parceiros. A vantagem comparativa e sucesso da FORS CAPITAL serão derivados das capacitações individuais e coletivas e do respeito à indústria, e jamais pelo uso de práticas manipulativas ou evitando ou fugindo das consequências de eventuais erros.

3.3. A conduta da FORS CAPITAL e dos Colaboradores deverá estar sempre de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis no Brasil, incluindo, mas não se limitando à legislação tributária, trabalhista, do poder econômico, do consumidor, do mercado financeiro e de capitais e referente ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro ("Legislação"). Deverão também ser observadas as normas autorreguladoras aplicáveis à FORS CAPITAL, notadamente, mas não se limitando, aquelas expedidas pela ANBIMA e ABVCAP ("Autorregulação").

3.4. Com o propósito de evitar desvios morais e possíveis favorecimentos indevidos para a FORS CAPITAL e/ou Terceiros, todas as decisões deverão ser tomadas e pautadas por princípios éticos e cumprimento das leis vigentes.

3.5. Qualquer violação às normas e condutas previstas neste Código deverá ser imediatamente reportada nos termos da Seção IX abaixo para que as providências necessárias sejam tomadas.

3.6. Além dos padrões éticos esperados da conduta de qualquer pessoa proba e honesta, a atuação da FORS CAPITAL e dos Colaboradores será sempre pautada pelos seguintes valores e princípios:

- *Estrita observância das leis e normas aplicáveis*
- *Conhecimento e preparo dos Colaboradores*

A prestação de serviços pela FORS CAPITAL depende do conhecimento técnico e do preparo de seus Colaboradores.

Nesse sentido, a FORS CAPITAL contrata Colaboradores com as qualificações adequadas às respectivas atividades.

Além disso, a FORS CAPITAL adota medidas para manter seus

Colaboradores, de acordo com as atribuições de cada um, devidamente atualizados em relação à Legislação, à Autorregulação e às práticas de mercado.

- *Confiança dos Investidores e do Mercado*
- *Dedicação e Disciplina dos Colaboradores*
- *Presteza ao Investidor*
- *Eficiência e agilidade dos Colaboradores*
- *Prudência dos Colaboradores*
- *Transparência nas relações internas, com Investidores e Terceiros*
- *Tratamento adequado dos Conflitos de Interesses*
- *Postura de liderança*

É de responsabilidade dos Colaboradores com cargo de gestão e liderança:

- (i) ouvir e considerar novas ideias, opiniões distintas, questionamentos e argumentações que representem uma forma de aprendizado e melhoria dos processos;
 - (ii) incentivar o relacionamento entre os diversos níveis hierárquicos e entre as áreas, a cooperação entre os Colaboradores e o compartilhamento de conhecimentos como forma de aprendizado e disseminação das melhores práticas, resguardando os critérios de confidencialidade já citados neste Código e na Política de Segurança da Informação;
 - (iii) estimular iniciativas de preservação à saúde no trabalho; e
 - (iv) informar, orientar e preparar sua equipe para a correta aplicação das políticas e das normas da FORS CAPITAL, sendo um exemplo a ser seguido.
- *Trabalho em equipe e assistência mútua entre os Colaboradores*
 - *Bem-estar dos Colaboradores*
 - *Respeito ao indivíduo*
 - *Alinhamento de interesses*



O alinhamento de interesses entre a FORS CAPITAL e os Terceiros é alcançado quando todos têm ciência de seus papéis, direitos e obrigações.

A FORS CAPITAL tem por objetivo a obtenção de retorno financeiro a médio e longo prazo para seus Investidores, de maneira responsável, consciente e sustentável.

- *Desenvolvimento sustentável*

A FORS CAPITAL acredita que gerenciar com responsabilidade socioambiental é:

- (i) procurar reduzir as agressões ao meio ambiente;
- (ii) promover a melhoria das condições ambientais, a ecoeficiência e a utilização de recursos renováveis;
- (iii) adotar posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar da coletividade, os direitos dos trabalhadores e a transparência;
- (iv) pautar a condução de seus negócios por elevados padrões éticos e de integridade.

A sociedade, de um modo ou de outro, depende de insumos do meio ambiente para realizar suas atividades. É parte da responsabilidade social da FORS CAPITAL evitar o desperdício de tais insumos (energia, matérias-primas em geral e água) e impactar de forma positiva a comunidade afetada por suas atividades.

Alocar o lixo em local e forma apropriados (coleta seletiva), reduzir o barulho na vizinhança, incentivar a economia de energia, escolher Fornecedores e ativos ambientalmente corretos, atuar de forma ética, transparente e íntegra na condução de seus negócios não são apenas formas de reduzir o impacto socioambiental, estas iniciativas são também fontes geradoras de lucro e de ganhos de imagem.



Não obstante o disposto acima, o desenvolvimento sustentável somente se viabiliza se o conjunto de medidas socioambientais estiver aliado ao retorno financeiro almejado pelos *stakeholders*.

Assim sendo, a FORS CAPITAL tem como um dos princípios que norteiam e balizam sua atuação o gerenciamento de seus negócios com responsabilidade socioambiental conjugada com competitividade e a otimização da relação de fidúcia e transparência existente entre a FORS CAPITAL e seus *stakeholders* na persecução da maximização dos resultados econômicos por eles almejados.

IV – ESTRUTURA E ATUAÇÃO DA FORS CAPITAL

4.1. Governança Corporativa

4.1.1. Elevados padrões de governança corporativa norteiam a estrutura organizacional da FORS CAPITAL, disciplinando e influenciando as relações entre seus sócios, administradores, Colaboradores, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

4.1.2. Entre os princípios de governança corporativa adotados pela FORS CAPITAL destacam-se:

- (i) Equidade: tratamento justo e isonômico de todos os sócios, Colaboradores e demais interessados (*stakeholders*), considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas;
- (ii) Diligência e Accountability (prestação de contas e responsabilidade): administradores e demais Colaboradores deverão, na esfera de suas atribuições, agir de forma diligente e prestar contas de seus atos de forma clara e tempestiva, responsabilizando-se integralmente por seus atos e omissões.
- (iii) Responsabilidade Corporativa: administradores e demais



Colaboradores deverão, na esfera de suas atribuições, zelar pela viabilidade econômico-financeira da FORS CAPITAL, reduzir externalidades negativas e aumentar as positivas, levando em consideração os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional etc.) no curto, médio e longo prazo.

4.2. Contratação de Colaboradores

4.2.1. A contratação de Colaboradores observará a Legislação.

4.2.2. A FORS CAPITAL contrata Colaboradores com as qualificações adequadas às respectivas atividades e adota medidas para manter seus Colaboradores, de acordo com as atribuições de cada um, devidamente atualizados em relação à Legislação, à Autorregulação e às práticas de mercado.

4.2.3. É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o primeiro grau de um Colaborador ("Familiar") para desempenhar funções conjuntas ou complementares àquelas desempenhadas pelo Colaborador. No mesmo sentido, nenhum Familiar será indicado pela FORS CAPITAL ou por um Veículo de Investimento para desempenhar função de administrador em qualquer Entidade Investida.

4.2.4. É vedada a contratação, como Colaborador, de pessoa exposta politicamente.

4.2.5. A contratação de agente público ou ex-agente público deverá observar a Política de Combate à Corrupção.

4.3. Estratégias de Investimento e Responsabilidade da FORS CAPITAL

4.3.1. As estratégias de investimento da FORS CAPITAL, conforme definidas nos regulamentos dos Veículos de Investimento, devem ser



seguidas de forma consistente na tomada de decisões de investimento e desinvestimento.

4.3.2. A aprovação de investimento ou desinvestimento por comitê de investimentos (ou órgão similar) da FORS CAPITAL ou, conforme o caso, do respectivo Veículo de Investimento, não isenta a FORS CAPITAL e seus administradores da responsabilidade por investimentos ou desinvestimentos realizados fora do escopo da estratégia definida.

4.4. Adequação ao Perfil do Investidor –*Suitability*

4.4.1. Por não atuar como integrante do sistema de distribuição e não prestar consultoria de valores mobiliários, a FORS CAPITAL não está obrigada a adotar procedimentos de verificação da adequação de produtos, serviços e operações ao perfil de cada Investidor.

4.5. Divulgação de Informações e Fatos Relevantes

4.5.1. A FORS CAPITAL observa as regras de divulgação de informações previstas em Legislação e/ou Autorregulação, notadamente a divulgação de Fatos Relevantes, conforme definido na Legislação.

V – CONDUTA DOS COLABORADORES

Sem prejuízo das demais Seções deste Código e dos Anexos aplicáveis, de acordo com suas respectivas atribuições, cada Colaborador deverá observar as condutas a seguir descritas.

5.1. Normas gerais de conduta

5.1.1. Sem prejuízo das demais normas de conduta aqui previstas, todo Colaborador, no âmbito de suas atividades, deverá:

(i) desenvolver suas atividades com comprometimento com os

resultados, calçado em planos operacionais sólidos e nas melhores práticas de mercado, construindo e mantendo a reputação da FORS CAPITAL, buscando o aprendizado contínuo nas matérias relacionadas às atividades da FORS CAPITAL;

- (ii) zelar pelos interesses de seus Investidores e pela preservação de bens e valores que lhes sejam por estes confiados;
- (iii) empregar o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios; e
- (iv) criar valor através de uma perspectiva de longo prazo, suportando os dirigentes das Entidades Investidas no alcance de suas metas e estratégias de longo prazo.

5.1.2. Todo Colaborador envolvido nos processos de gestão de recursos ou negociação em mercado, conforme aplicável, deverá:

- (i) contribuir para a manutenção de ambiente de negociação capaz de proporcionar a formação de preços e a liquidez no mercado financeiro e de capitais, independentemente do ambiente em que estiver atuando;
- (ii) não utilizar procedimentos que possam vir a configurar criação de condições artificiais de mercado, manipulação de preços, realização de operações fraudulentas e uso de prática não-equitativa em operações no mercado financeiro e de capitais, seja qual for o ambiente em que elas ocorram;
- (iii) oferecer soluções baseadas em um relacionamento de parceria com Entidades Investidas e parceiros, definidas por direitos e responsabilidades negociadas e acordadas entre as partes para contribuir para o sucesso e crescimento de todos os envolvidos;
- (iv) sempre que aplicável, participar ativamente da definição da estratégia das Entidades Investidas; e
- (v) sempre que aplicável, estruturar os conselhos de administração



das Entidades Investidas e suas relações com gestores e acionistas de maneira clara, suportado por papéis e responsabilidades bem documentadas e indicar membros adequados às necessidades da Entidade Investida.

5.2. Conhecimento e observância da Legislação e das Políticas Internas

5.2.1. Todo Colaborador deverá ter e manter as qualificações adequadas ao exercício de suas respectivas atividades.

5.2.2. Além do domínio dos conhecimentos técnicos inerentes às suas funções, todo Colaborador, no âmbito de suas atribuições, deverá ter e manter pleno conhecimento da Legislação, da Autorregulação e das disposições deste Código e demais políticas internas da FORS CAPITAL ("Políticas Internas").

5.2.3. A FORS CAPITAL adota medidas para manter seus Colaboradores, de acordo com as atribuições de cada um, devidamente atualizados em relação à Legislação, à Autorregulação e às práticas de mercado.

5.3. Autorregulação

5.3.1. A FORS CAPITAL é instituição membro da ANBIMA e da ABVCAP, participando ativamente de seus comitês e grupos de trabalho, por ver na Autorregulação uma forma de trazer maior segurança ao mercado e um canal de comunicação entre o mercado e as autoridades governamentais, permitindo, inclusive, à FORS CAPITAL antecipar-se e/ou mitigar eventuais riscos regulatórios.

5.3.2. Os Colaboradores responsáveis por atividades sujeitas à Autoregulação deverão conhecê-la e observá-la.

5.4. Segurança da Informação

5.4.1. Todo colaborador, no âmbito de suas atividades, deverá



garantir a segurança das informações confidenciais a que tiver acesso, conforme definido na Política de Segurança da Informação, de forma a: (i) evitar o uso inadequado e indevido de Informações Confidenciais (conforme definido na Seção 5.5 deste Código); e (ii) prevenir possíveis conflitos de interesse.

5.5. Informações Confidenciais e Informações Privilegiadas (*Insider Information*)

5.5.1. Em relação às Informações Confidenciais e Informações Privilegiadas¹, todo Colaborador deverá observar a Política de Segurança da Informação.

5.6. Patrimônio da FORS CAPITAL

5.6.1. O patrimônio da FORS CAPITAL consiste em bens tangíveis, como suas instalações, equipamentos, móveis e demais bens físicos, assim como intangíveis, como segredos de negócio, marcas, direitos autorais e/ou de propriedade intelectual, material de marketing, bancos de dados e outros arquivos eletrônicos. Estes devem ser resguardados pelos Colaboradores, que deverão utilizá-los da melhor forma possível para o cumprimento de suas funções.

5.6.2. Os bens da FORS CAPITAL destinam-se exclusivamente ao uso nas atividades da FORS CAPITAL e em seu próprio benefício. Assim, é requerido que o Colaborador zele pelo bom uso do espaço e dos recursos oferecidos para a realização do trabalho.

5.6.3. Em caso de disponibilização pela FORS CAPITAL de celulares ou outros bens ao Colaborador para exercício de suas atribuições, tais bens devem ser devolvidos nos termos definidos quando da disponibilização, em boas condições, considerando o desgaste

¹ Conforme definidas na Política de Segurança da Informação.



inerente ao uso. Em caso de descontinuidade do contrato de trabalho ou similar a devolução será imediata.

5.6.4. Todo Colaborador deve ser cuidadoso na utilização do seu próprio equipamento e sistemas e zelar pela boa utilização dos demais. Caso algum Colaborador identifique a má conservação, uso indevido ou inadequado de qualquer ativo ou sistemas deverá comunicar às esferas competentes, nos termos deste Código.

5.7. Propriedade intelectual

5.7.1. O resultado de trabalho de natureza intelectual e de informações estratégicas gerados na FORS CAPITAL será de propriedade exclusiva da FORS CAPITAL.

5.7.2. O Colaborador é responsável por tratar como Informações Confidenciais e, se aplicável, como Informações Privilegiadas, conforme definido na Política de Segurança da Informação, as informações sobre a propriedade intelectual a que tenha acesso em decorrência de seu trabalho, utilizando-as de forma cuidadosa e nos termos da Política de Segurança da Informação.

5.8. Uso das mídias sociais nas instalações da FORS CAPITAL e/ou em seus sistemas

5.8.1. Mídias sociais podem ser definidas como tecnologias que permitem aos usuários meios de comunicação, propiciando a troca de informações e conteúdo. São exemplos de mídias sociais: LinkedIn, Facebook, Instagram, Twitter, Microsoft Lync, plataformas como Youtube, blogs, vlogs, dentre outros.

5.8.2. A FORS CAPITAL, a seu critério, pode permitir que seus Colaboradores usem mídias sociais em seu ambiente e sistemas, tanto para fins profissionais (se relacionado às atribuições do Colaborador) quanto pessoais, desde que não violem as disposições deste Código,

da Política de Segurança da Informação, nem qualquer outra diretriz interna da FORS CAPITAL.

5.8.3. Além das disposições constantes da Política de Segurança da Informação, os Colaboradores devem observar as seguintes normas para o uso adequado das mídias sociais, mesmo fora das instalações e sistemas da FORS CAPITAL:

- (i) em respeito à propriedade e ao tempo da FORS CAPITAL, agir com bom senso, não utilizando os equipamentos e as horas de trabalho para navegar em mídias sociais sem objetivos e resultados para a FORS CAPITAL;
- (ii) não gerar tráfego de dados excessivo na rede da FORS CAPITAL;
- (iii) não acessar mídias sociais ao mesmo tempo em que desempenha suas funções na FORS CAPITAL;
- (iv) não compartilhar informações confidenciais sobre a FORS CAPITAL ou sobre seus Investidores e Colaboradores;
- (v) não publicar informações enganosas ou incorretas sobre a FORS CAPITAL;
- (vi) não vincular a marca, nome ou imagem da FORS CAPITAL a situações constrangedoras que possam resultar em difamação, injúria, calúnia, assédio e discriminação; e
- (vii) não postar ou compartilhar conteúdo difamatório, discriminatório, preconceituoso, inverídico, que incite ou faça apologia a ato ilícito ou ódio contra quem quer que seja ou conteúdo que viole os termos de condições da respectiva mídia social, independentemente de vinculação da marca, nome ou imagem da FORS CAPITAL.

5.8.4. Observado o disposto nos itens acima, a FORS CAPITAL respeita a individualidade e a liberdade de expressão de seus Colaboradores dentro dos limites estabelecidos neste Código, na legislação e regulamentação aplicáveis e na boa-fé.



5.8.5. Os Colaboradores devem ter cuidado ao apresentar informações envolvendo a FORS CAPITAL em ambientes virtuais.

5.8.6. A divulgação pública de informação em nome da FORS CAPITAL só será permitida mediante autorização prévia e escrita e de acordo com a Política de Segurança da Informação.

5.9. Conflitos de Interesses

5.9.1. Os conflitos de interesses são inevitáveis, e ocorrem quando há um confronto, ainda que potencial, entre o interesse privado do agente (o Colaborador, por exemplo) e o interesse da pessoa ou entidade representada pelo agente (a FORS CAPITAL, um Investidor ou um Veículo de Investimento, por exemplo), de forma a interferir no julgamento do agente e comprometer o desempenho de suas atribuições (“Conflitos de Interesses”).

5.9.2. A título exemplificativo, há Conflito de Interesses quando:

- (i) um Veículo de Investimento adquire ativo de propriedade de Colaborador responsável pela tomada das decisões de investimento daquele Veículo; ou
- (ii) o Colaborador puder usar sua influência ou posição que ocupa com o intuito de beneficiar interesses próprios ou de pessoas relacionadas em detrimento dos interesses da FORS CAPITAL.

5.9.3. É importante ressaltar que a configuração do Conflito de Interesses independe da existência de lesão aos interesses da pessoa ou entidade representada e independe do recebimento de qualquer vantagem ou ganho por parte do agente. A mera possibilidade de conflito deve ser tratada nos termos desta Seção.

5.9.4. O sucesso da FORS CAPITAL depende da priorização dos interesses dos Investidores e dos Veículos de Investimento e qualquer conflito de interesses deve ser totalmente dissolvido com base nos mais altos padrões éticos.

5.9.5. Nesse sentido, todos os Colaboradores deverão identificar, monitorar, mitigar e divulgar quaisquer Conflitos de Interesse frutos de sua atividade e, ainda:

- (i) estão proibidos de aceitar qualquer gratificação ou presente e realizar atividades que gerem vantagens indevidas;
- (ii) devem pautar suas atividades em conformidade com os interesses, valores e princípios da FORS CAPITAL;
- (iii) devem adotar condutas transparentes frente a erros humanos ocorridos na realização de suas atividades; e
- (iv) não devem realizar atividades paralelas e externas que interfiram em seu desempenho profissional.

5.9.6. Conflitos de interesses devem ser identificados e imediatamente submetidos à análise do Diretor de *Compliance*.

5.9.7. A pretensão de qualquer Colaborador de prestar qualquer serviço remunerado para terceiros fora do âmbito da FORS CAPITAL, ainda que fora do horário de trabalho na FORS CAPITAL, deve ser previamente submetida à aprovação do Diretor de *Compliance*.

5.9.8 A existência de algum Colaborador com participação societária e/ou atuação funcional em empresas de atividades de consultoria em gestão empresarial deve ser objeto de criterioso acompanhamento por parte do Diretor de *Compliance* e, para o cumprimento do item 5.9.4, é certo que a FORS CAPITAL levará a conhecimento e aprovação pelos investidores de seus Veículos de Investimentos, proposta de desenvolvimento de qualquer atividade por parte da empresa de gestão empresarial nas Entidades Investidas, de forma a garantir a necessária transparência, apresentando em relação à atividade a ser desenvolvida:

- (i) escopo e justificativa de necessidade; e
- (ii) quadro comparativo com, no mínimo 03 (três), propostas para o serviço requerido, contemplando custo e expertise de cada prestador.



5.9.9 A FORS CAPITAL entende que a ampla divulgação de potenciais Conflitos de Interesse aos seus clientes, de forma clara, é o meio mais eficaz de mitigação de tais conflitos.

5.10. Investimentos pessoais / Negociação com Valores Mobiliários

5.10.1. Todo Colaborador deverá observar a Política de Investimentos Pessoais e Negociação com Valores Mobiliários.

5.11. Uso da marca da FORS CAPITAL e cartões de visita

5.11.1. O nome, marcas, logotipos e quaisquer outros sinais que identifiquem a FORS CAPITAL só deverão ser utilizados no exercício das atribuições profissionais do Colaborador junto à FORS CAPITAL.

5.11.2. O disposto no item anterior aplica-se, inclusive:

- (i) ao uso e entrega de cartões de visita, sendo vedado seu uso para outros fins e
- (ii) ao uso de crachá com identificação da FORS CAPITAL fora das instalações da FORS CAPITAL.

5.12. Procedimentos internos

5.12.1. Clean desk & safe desk: Todos os Colaboradores devem manter as suas mesas limpas e organizadas, devendo toda a documentação não pública ser mantida em local com fechadura e de acesso restrito. Nenhuma Informação Confidencial ou Privilegiada deve ser deixada à vista, seja em papel ou em quaisquer dispositivos, eletrônicos ou não. Ao usar uma impressora coletiva, o Colaborador deverá recolher o documento impresso imediatamente.

Após reuniões e visitas, internas ou externas, todo o material utilizado deverá ser retirado das salas de reuniões, incluindo anotações.

5.12.2. Destruição de documentos: Todos os documentos com informações não públicas e que não sejam necessários devem ser imediatamente inutilizados e destruídos.



5.12.3. Dress Code: No exercício de suas funções, os Colaboradores deverão trajar vestimentas condizentes com um ambiente profissional.

5.12.4. O uso de aparelhos celulares nas dependências internas da FORS CAPITAL deve ser de uso restrito, priorizando o ambiente profissional.

5.13. Gravação de ligações telefônicas e sistema de vídeo

5.13.1. O mercado financeiro é meio apropriado para a ocorrência de atividades ilícitas e suspeitas e a FORS CAPITAL adota postura preventiva e repressiva em relação à prática dessa natureza, podendo fazer uso de sistemas próprios para o monitoramento das operações e supervisionar as atividades de seus Colaboradores constantemente.

5.13.2. Nesse sentido, para assegurar o fiel cumprimento de suas Políticas Internas, bem como da Legislação e Autorregulação aplicáveis, a FORS CAPITAL se reserva o direito de rastrear, monitorar, gravar e inspecionar todo e qualquer tráfego de voz realizado através de contato telefônico e Internet, bem como troca de informações escritas transmitidas via Internet, intranet, sistema de mensagem instantânea, fax, correio físico e eletrônico (e-mail), bem como os arquivos armazenados ou criados pelos recursos da informática pertencentes à FORS CAPITAL ou utilizados em nome dela.

5.13.3. Todos os Colaboradores desde já expressamente autorizam, conforme ciência exarada no Termo de Adesão, a gravação de todas as conversas pelas linhas telefônicas da FORS CAPITAL, bem como o monitoramento de todas as comunicações realizadas através dos sistemas da FORS CAPITAL para posterior utilização a critério exclusivo da FORS CAPITAL, de forma que a utilização de tais recursos para uso pessoal e/ou particular não é encorajado. Adicionalmente, todos os materiais alocados dentro da FORS CAPITAL, como informações gravadas eletronicamente, ou em papel armazenados em gavetas, mesas, arquivos e outros, incluindo aqueles que



eventualmente contenham a marcação de confidencial, pessoal ou privado, são de propriedade da FORS CAPITAL. Por fim, todos os Colaboradores declaram sua expressa anuência para o fato de que a FORS CAPITAL terá acesso, inclusive, a eventuais documentos particulares que tenham sido gerados por meio de ferramentas de trabalho por ela disponibilizados.

5.13.4. Todos os Colaboradores estão cientes de que o ambiente interno da FORS CAPITAL poderá ser filmado, hipótese em que as imagens gravadas serão confidenciais e protegidas, nos termos da Legislação.

5.14. Ambiente de Trabalho e Respeito mútuo

5.14.1. Colaboradores devem buscar constantemente a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, visando à segurança, à higiene, à saúde e ao bem-estar dos demais Colaboradores. A estes cabem a manutenção e o zelo por estas condições.

5.14.2. Da Diretoria aos estagiários, todos os profissionais deverão tratar os colegas com respeito às suas individualidades, crenças religiosas e personalidade. A FORS CAPITAL condena qualquer prática de assédio moral, sexual, discriminação de qualquer tipo ou humilhação.

5.14.3. Apesar de ser competitiva em seu setor de atuação, a FORS CAPITAL é internamente uma empresa cooperativa, buscando sempre o crescimento profissional dos Colaboradores e incentivando a troca de informações e experiências, respeitada a segregação de atividades e funções.

5.15. Assédio e abuso de poder

5.15.1. Independentemente do nível hierárquico, nenhum Colaborador poderá ser objeto de sanções corporais ou assédios sexual, econômico, moral ou de qualquer outra natureza, nem de situações

que configurem desrespeito, intimidação ou ameaça.

5.15.2. Caracteriza-se assédio se alguém em posição privilegiada usa dessa vantagem para humilhar, desrespeitar, constranger ou obrigar à prática de ato ao qual o(a) assediado(a) não está obrigado(a). O assédio moral ocorre se há exposição de alguém a situações de humilhação durante a jornada de trabalho. O assédio sexual visa à obtenção de vantagem ou favor sexual.

5.16. Preconceito e discriminação

5.16.1. A FORS CAPITAL valoriza a diversidade nas relações de trabalho. Portanto, a todos deve ser dado tratamento respeitoso, cordial e justo, independentemente do cargo ou da função que ocupem, não se admitindo, de forma alguma, qualquer tipo de discriminação ou preconceito, sejam eles de raça, religião, faixa etária, sexo, convicção política, nacionalidade, estado civil, orientação sexual, condição física ou quaisquer outros.

5.17. Mulheres e equidade de gênero no ambiente de trabalho

5.17.1. A FORS CAPITAL acredita na valorização da mulher e na sua participação efetiva no mercado de trabalho.

5.17.2. Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, impulsionando os negócios, melhorando a qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável.

5.18. Uso de álcool, drogas, produtos fumígenos e porte de armas

5.18.1. Não é permitida a ingestão de bebidas alcoólicas no horário de trabalho, salvo em comemorações e dentro dos costumes socialmente aceitos. É vedado o exercício da função profissional em estado de embriaguez. Não são permitidos, ainda, o uso e o porte de drogas,

lícitas ou não, e a permanência no ambiente de trabalho em estado alterado pelo uso dessas substâncias, o que pode afetar a segurança e o desempenho tanto do Colaborador quanto de seus colegas de trabalho.

5.18.2. Não é permitido o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, conforme Lei nº 13.541, de 07/05/2009, no ambiente de trabalho, tampouco no edifício onde a FORS CAPITAL encontra-se instalada, devendo o Colaborador, em caso de necessidade, retirar-se do edifício para o uso do produto em lugar adequado a este fim.

5.18.3. Independentemente de permissão legal, armas de nenhuma espécie são permitidas nas dependências da FORS CAPITAL, salvo para profissionais expressamente autorizados.

5.19. Comercialização de mercadorias

5.19.1. É vedada a comercialização e a permuta de mercadorias nas dependências da FORS CAPITAL.

5.20. Participação política e religiosa

5.20.1. É vedado ao Colaborador realizar, em nome da FORS CAPITAL, qualquer contribuição em valor, bens ou serviços para campanhas ou causas políticas e/ou religiosas. Desta forma, recursos, espaço e imagens da FORS CAPITAL não podem ser usados para atender a interesses políticos pessoais, partidários e/ou religiosos.

5.20.2. A FORS CAPITAL respeita o direito individual do Colaborador de se envolver em assuntos cívicos e participar do processo político e/ou religioso. Porém, tal participação deve ocorrer fora do ambiente de trabalho. Nessa situação, o Colaborador deve tornar claro que as manifestações são pessoais e não representam o posicionamento da FORS CAPITAL.



- 5.21. Participação em atividades sindicais
- 5.21.1. A FORS CAPITAL respeita a livre associação e reconhece as entidades sindicais como representantes legais dos Colaboradores e busca o diálogo constante.
- 5.22. Home office
- 5.22.1. A FORS CAPITAL poderá autorizar determinados Colaboradores a trabalhar fora de suas instalações, em sistema de *Home office*. Neste caso, o Colaborador deverá dar continuidade à observância das condutas previstas neste Código de Ética e Conduta.
- 5.23. Conduta fora das instalações da FORS CAPITAL
- 5.23.1. Quer em ambiente interno ou externo, como participação em treinamentos, eventos ou outras situações que permitam a identificação da FORS CAPITAL, a conduta do Colaborador deve ser compatível com os valores da FORS CAPITAL, contribuindo assim para o reconhecimento da boa imagem corporativa da FORS CAPITAL.
- 5.23.2. Em palestras e participações em seminários e outros eventos públicos, o sigilo de Informações Confidenciais sobre a FORS CAPITAL e seus negócios deve ser rigorosamente respeitado. Tanto a participação como expositor em eventos quanto os temas a serem expostos devem ser previamente aprovados. Para apresentações sobre a FORS CAPITAL, deve-se utilizar material oficial previamente aprovado.

VI – RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

Sem prejuízo das demais Seções deste Código, a FORS CAPITAL e seus Colaboradores, de acordo com suas respectivas atribuições, deverão observar as condutas a seguir descritas no relacionamento com Terceiros.

6.1. Regra geral

6.1.1. No relacionamento com quaisquer Terceiros, FORS CAPITAL e seus Colaboradores deverão observar estrita e fielmente:

- (i) a Legislação aplicável;
- (ii) a Autorregulação aplicável;
- (iii) os regulamentos dos respectivos Veículos de Investimento e documentos correlatos (boletins de subscrição, compromissos de investimento, etc.);
- (iv) o respectivo contrato entre o Fornecedor e a FORS CAPITAL;
- (v) os regulamentos dos mercados em que os valores mobiliários (inclusive cotas) e ativos de emissão dos Veículos de Investimento estiverem registrados para distribuição ou negociação; e
- (vi) este Código e demais diretrizes constantes das Políticas Internas.

6.2. Investidores

6.2.1. Os relacionamentos estabelecidos com os Investidores deverão se pautar pela confiança, qualidade, presteza e respeito.

6.2.2. Todos os Investidores deverão receber o padrão de tratamento especificado, sendo vedada a priorização no atendimento a determinado Investidor ou a concessão de privilégios para obter qualquer tipo de benefício.

6.3. Fornecedores

6.3.1. As relações estabelecidas junto a fornecedores de produtos e prestadores de serviços ("Fornecedores") deverão ser transparentes e isentas de qualquer favorecimento. A FORS CAPITAL preza pela utilização de critérios legais, claros e objetivos na seleção e contratação de Fornecedores.

6.3.2. Os Fornecedores deverão conhecer os valores da FORS



CAPITAL e ter atuação compatível com as normas deste Código.

6.3.3. A FORS CAPITAL poderá encerrar uma relação de negócio com um fornecedor sempre que houver prejuízo de seus interesses ou desconsideração de questões legais, tributárias, de meio ambiente, de saúde e segurança no trabalho e desrespeito aos direitos humanos.

6.3.4. É de responsabilidade da FORS CAPITAL e de cada um dos Colaboradores a confidencialidade das Informações Confidenciais dos seus Fornecedores.

6.4. Entes Públicos

6.4.1. É terminantemente proibida a realização de pagamentos, a qualquer título, ou oferecimento de qualquer vantagem a Entes Públicos para agilizar ou facilitar serviços de rotina ou ações administrativas.

6.4.2. Todos os Colaboradores devem zelar pelo cumprimento das políticas, normas e rígidos controles de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e a atos ilícitos de qualquer natureza, em estrito cumprimento das leis aplicáveis ao assunto e consoante às melhores práticas nacionais ou internacionais, nos locais onde forem aplicáveis. Nesse sentido, todos os Colaboradores devem observar a Política de Combate à Corrupção e a Política de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, bem como as disposições deste Código e demais Políticas Internas.

6.4.3. Todo material a ser apresentado pela FORS CAPITAL para participação em licitações e concorrências públicas deverá ser previamente aprovado pelo Diretor de *Compliance*.

6.4.4. Contratos e acordos com Entes Públicos deverão ser previamente aprovados pelo Diretor de *Compliance*.

6.4.5. Além do disposto nesta Seção e neste Código, todo o relacionamento com Entes Públicos deverá observar, ainda, a Política de Combate à Corrupção.

6.5. Parceiros Comerciais e Concorrentes

6.5.1. Todas as informações de mercado e de concorrentes, legítimas e necessárias ao negócio, devem ser obtidas por meio de práticas transparentes e idôneas, não se admitindo sua obtenção por meios ilícitos, assim entendidos como meios ilegais e moralmente inaceitáveis de acesso a informações sigilosas.

6.5.2. É vedado à FORS CAPITAL e seus Colaboradores adotar qualquer atitude que denigra a imagem de concorrentes ou parceiros comerciais da FORS CAPITAL.

6.5.3. Não devem ser promovidos com concorrentes entendimentos com objetivos de abuso de poder econômico, de práticas comerciais arbitrárias, que firam as regras comerciais, ou ainda, que desrespeitem as regras concorrenciais e de anticorrupção.

6.6. Mídia / Imprensa

6.6.1. O relacionamento com a mídia e a imprensa ("Mídia") deverá ser pautado pela transparência, credibilidade e confiança, sendo sempre observados os valores da FORS CAPITAL.

6.6.2. A FORS CAPITAL mantém em seu quadro de sócios e Colaboradores pessoas autorizadas a falar em seu nome, e somente estes poderão se pronunciar perante a Mídia a respeito da FORS CAPITAL. Os representantes, quando autorizados a se manifestar em nome da FORS CAPITAL, devem expressar sempre o ponto de vista institucional da FORS CAPITAL.

6.6.3. A construção e o fortalecimento da imagem e da reputação da FORS CAPITAL também se dão por meio do diálogo e do comportamento para com os públicos com os quais se relaciona. Para tanto, o agir, dentro e fora da FORS CAPITAL, deve estar sempre em consonância com os valores da FORS CAPITAL.

VII – MONITORAMENTO DA OBSERVÂNCIA DESTE CÓDIGO

7.1. A administração e o acompanhamento deste Código e das Políticas Internas serão realizados por pessoa designada pela administração da FORS CAPITAL ("Diretor de Compliance"), a quem caberá cumprir e fazer cumprir este Código, as Políticas Internas e demais regras editadas pela FORS CAPITAL.

7.2. A FORS CAPITAL adota postura preventiva e repressiva em relação a práticas que violem a Legislação, a Autorregulação, este Código, as Políticas Internas e demais regras editadas pela FORS CAPITAL, fazendo uso de sistemas próprios para o monitoramento das operações e supervisionando as atividades de seus Colaboradores constantemente. Nesse sentido, para assegurar o fiel cumprimento de suas Políticas Internas, bem como da Legislação e Autorregulação aplicáveis, a FORS CAPITAL se reserva o direito de rastrear, monitorar, gravar e inspecionar todo e qualquer tráfego de voz realizado através de contato telefônico e Internet, bem como troca de informações escritas transmitidas vias Internet, intranet, sistema de mensagem instantânea, fax, correio físico e eletrônico (e-mail), bem como os arquivos armazenados ou criados pelos recursos da informática pertencentes à FORS CAPITAL ou utilizados em nome dela.

7.3. As medidas descritas no item anterior permitem que FORS CAPITAL monitore a conduta de seus Colaboradores e possibilita a correta identificação do responsável em caso de violação.

7.4. Além disso, a FORS CAPITAL realizará testes periódicos, pelo menos uma vez ao ano, para identificar eventuais irregularidades e desvios de conduta de seus Colaboradores.

VIII – CANAIS DE COMUNICAÇÃO E DENÚNCIAS

8.1. Em caso de dúvidas em relação à interpretação e aplicação das disposições deste Código, das Políticas Internas ou de outras situações não previstas, os seguintes canais devem ser utilizados:

- (i) comunicação/consulta ao seu superior hierárquico ou à sua diretoria; ou
- (ii) comunicação/consulta à área de *Compliance*.

8.2. Poderão ser feitas denúncias diretamente ao Diretor de *Compliance* e este ficará responsável pela avaliação do relatado bem como pela confidencialidade sobre a identidade do denunciante.

IX – VIOLAÇÃO DESTE CÓDIGO E DAS POLÍTICAS INTERNAS

9.1. Os Colaboradores reconhecem e concordam que a observância deste Código e das Políticas Internas é necessária ao bom funcionamento e à correta utilização das instalações, arquivos e equipamentos da FORS CAPITAL, e que sua violação e/ou não cumprimento poderão causar danos vultosos e de difícil reparação à FORS CAPITAL e/ou terceiros.

9.2. Os Colaboradores respondem pelos prejuízos que, em razão do descumprimento das disposições previstas neste Código e nas Políticas Internas, causarem à FORS CAPITAL e/ou terceiros.

9.3. A violação ou suspeita de violação das regras deste Código e das Políticas Internas, por ação ou omissão, provocará a abertura de um processo interno para averiguação das possíveis irregularidades e poderá sujeitar o Colaborador envolvido a medidas disciplinares.

9.4. Todos os Colaboradores deverão comunicar imediatamente à área de *Compliance*, através do procedimento definido no item VIII acima, sempre que tiverem conhecimento ou suspeita de:

- (i) descumprimento das disposições deste Código ou das Políticas Internas, bem como de dispositivos da legislação e Autorregulação;
- (ii) ocorrência de conflitos de interesses;
- (iii) indício ou realização de atividades ilícitas ou suspeitas; e
- (iv) falhas operacionais e de sistemas que tornem oportuna a prática de atividades ilícitas ou suspeitas.

9.5. Todos os Colaboradores deverão adotar condutas que auxiliem na prevenção e repressão das condutas mencionadas no item anterior. Em outras palavras, todo Colaborador deverá prezar pelos negócios e imagem da FORS CAPITAL e atentar para riscos inerentes às suas responsabilidades relatando aos canais apropriados sempre que tais riscos puderem representar impactos relevantes e prováveis à FORS CAPITAL na condução de seus negócios.

9.6. A dispensa de cumprimento de qualquer das normas de conduta deste Código ou das Políticas Internas por parte de um Colaborador depende de expressa aprovação da Administração, que deliberará sobre o caso concreto apresentado pelo Diretor de *Compliance*, com a sua opinião sobre o tema.

9.7. Os casos que não estejam expressamente descritos neste Código ou nas Políticas Internas, mas que caracterizem conduta antiética ou ilícita, serão tratados como exceção e decididos pelo Diretor de *Compliance* e pela Administração.

9.8. Todos os envolvidos no recebimento, averiguação e decisão de denúncias devem garantir o sigilo das informações e da identidade do denunciante.

9.9. O Colaborador que deliberadamente deixar de notificar as situações descritas no item 9.4 ou omitir informações relevantes também estará sujeito a medidas disciplinares solidariamente com o infrator.

9.10. Ao tomar conhecimento de atos de irregularidade ou violação, o Diretor de *Compliance* deverá informar imediatamente a Administração da FORS CAPITAL, a quem caberá apurar os fatos ocorridos. Da apuração dos fatos, a Administração fará um relatório para aplicação das penalidades previstas no item abaixo.

9.11. A FORS CAPITAL poderá afastar preventivamente o Colaborador acusado em caso de possibilidade de ele atrapalhar ou influenciar o adequado transcurso da apuração da denúncia.

9.12. Sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais cabíveis, o Colaborador infrator estará sujeito às seguintes penalidades:

- (i) Para Colaboradores:
 - a. advertência; e/ou
 - b. suspensão; e/ou
 - c. dispensa / rescisão contratual.
- (ii) Para Terceiros:
 - a. aplicação de penalidade contratualmente prevista; e/ou
 - b. rescisão contratual/ desinvestimento.

9.13. As penalidades devem sempre ser proporcionais às ações cometidas, sendo vedada qualquer aplicação arbitrária ou excessiva.

9.14. Entre outros fatores, devem ser considerados como fatores decisórios para a aplicação da penalidade:

- (i) nível de responsabilidade do Colaborador;
- (ii) conduta habitual do Colaborador;
- (iii) procedência da denúncia;
- (iv) os fatos averiguados;
- (v) hipóteses de reincidência;



- (vi) gravidade da violação; e
- (vii) extensão dos danos causados ou do potencial de dano, inclusive à imagem da FORS CAPITAL.

9.15. Nenhum Colaborador deixará de sofrer sanções disciplinares por sua posição na FORS CAPITAL.

9.16. Sempre que aplicável, o Diretor de *Compliance* providenciará a comunicação das infrações ocorridas aos órgãos reguladores e autoridades competentes e cooperará com eventuais investigações e processos.

ANEXO I - PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICÁVEIS

Legislação geral

- Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976
- Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986
- Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001

Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM

- Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.
Dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário.
- Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009
Dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.
- Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014
Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.
- Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016
Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.
- Instrução CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016
Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações.
- Resolução CVM 21, de 25 de fevereiro de 2021
Dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários.



Normas da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP)

- Código ABVCAP / ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE

Normativos relacionados com a Prevenção e Combate à Corrupção

- Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Normativos relacionados com a Prevenção e Combate de Práticas Associadas ao Crime de “Lavagem de Dinheiro”

- Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.
- Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Políticas Internas

- Política de Controles Internos e *Compliance*
- Política de Gestão de Riscos
- Política de Investimento Pessoais e Negociação de Valores Mobiliários
- Política de Rateio e Divisão de Ordens entre as Carteiras de Valores Mobiliários
- Política de Combate a Corrupção
- Política de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro
- Política de Segurança da Informação
- Política de Gestão de Impacto Social e Ambiental

ATENÇÃO: A lista acima é meramente indicativa e exemplificativa e não exime o Colaborador da necessidade de conhecer e manter-se atualizado acerca dos demais normativos aplicáveis, direta ou indiretamente, aos serviços prestados pela FORS CAPITAL.



ANEXO II - TERMO DE ADESÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA E POLÍTICAS INTERNAS

Por meio deste Termo de Adesão eu, [nome], [nacionalidade], [profissão], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [...], declaro para os devidos fins que:

1. Recebi exemplar da versão atualizada do Código de Ética e Conduta da FORS CAPITAL ("Código") ("FORS CAPITAL"), bem como de todas as políticas internas da FORS CAPITAL ("Políticas").
2. Tenho absoluto conhecimento do teor do Código e das Políticas e me obrigo a observá-los integralmente.
3. Tenho absoluto conhecimento da possibilidade de uso de sistemas de gravação de ligações telefônicas e monitoramento de Internet e e-mail e autorizo expressamente a FORS CAPITAL a realizar a gravação de todas as conversas pelas linhas telefônicas, bem como o monitoramento de todas as comunicações realizadas através dos sistemas da FORS CAPITAL. Adicionalmente, expresso minha anuência para o fato de que a FORS CAPITAL terá acesso, inclusive, a eventuais documentos particulares que tenham sido gerados por meio de ferramentas de trabalho por ela disponibilizados.
4. Comprometo-me a informar imediatamente à FORS CAPITAL, conforme procedimentos descritos no Código e/ou nas Políticas, qualquer fato que eu venha a ter conhecimento que possa gerar algum risco para a FORS CAPITAL.
5. A partir desta data, a não observância do Código ou de qualquer das Políticas poderá caracterizar violação e resultar na aplicação das penalidades cabíveis, inclusive meu desligamento por justa causa.
6. As regras estabelecidas no Código e/ou nas Políticas não invalidam nenhuma



disposição contratual estabelecida entre mim e a FORS CAPITAL nem de qualquer outra regra estabelecida pela FORS CAPITAL, mas apenas servem de complemento e esclarecem como lidar com determinadas situações relacionadas à minha atividade profissional.

7. Declaro que todos os investimentos por mim detidos estão plenamente de acordo com o Código e com a Política de Investimentos Pessoais, não caracterizando quaisquer infrações ou Conflitos de Interesse, nos termos dos referidos documentos, exceção feita aos investimentos relacionados na tabela abaixo. Comprometo-me ainda a informar imediatamente, por escrito, ao Diretor de *Compliance*, qualquer modificação e/ou atualização da tabela abaixo.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES					
Ativo	Emissor	Quantidade e	Valor	Data de Aquisição	Conflito

[local], [data]

[COLABORADOR]

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF:



ANEXO II.A - TERMO DE ADESÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA E
POLÍTICAS INTERNAS

(a ser utilizado por terceiros prestadores de serviços)

(EMPRESA), companhia fechada inscrita no CNPJ/MF sob o nº NNNNNN, com sede na cidade de (cidade), Estado de (estado), na (endereço), neste ato representada por seu representante legal Sr. NOMENOMOME, (naturalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade RG nº NNNNNN e inscrito no CPF/MF sob o nº NNNNNN, residente e domiciliado em NNNNNN/NN, na Rua NNNNNN, nº NNN, (bairro), CEP NNNNNN, vem através do presente para aderir ao CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DA FORS CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA, se comprometendo a cumprir todas as regras disciplinadas no CÓDIGO e nas POLÍTICAS relacionadas, declarando para os devidos fins que:

- (i) Conhece todas as regras e condições que são contidas neste CÓDIGO e nas POLÍTICAS a ele relacionadas; e
- (ii) É responsável por toda e qualquer ação ou omissão que infrinja o disposto no CÓDIGO e nas POLÍTICAS relacionadas, no desenvolvimento das atividades para as quais foi contratada.

São Paulo, xxx de xxxxxxxx de xxxx.

(empresa)